ampliação da infraestrutura existente, além da operação e manutenção do Centro de Exposição Imigrantes. Após debate, o Colegiado decidiu, por unanimidade, recomendar para que as referidas MIPs sejam analisadas tanto pelas respectivas Pastas Responsáveis em termos de interesse e oportunidade, como pela CPP e UPPP em termos de conformidade e atendimento ao disposto legal, para que o assunto venha a ser oportunamente objeto de apreciação por este Conselho. Finalmente, o Secretário Executivo do Conselho Gestor de PPP relatou aos presentes a situação de cada um dos projetos em carteira, bem como as atividades desenvolvidas em conjunto com as Pastas Responsáveis por determinados projetos em carteira, com o apoio técnico da CPP, PGE e UPPP, além de destacar os diversos procedimentos adotados no âmbito desta Secretaria Executiva ao longo do mês de outubro deste ano. Nada mais havendo a ser discutido, o Presidente do Conselho Gestor de PPP, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião, da qual eu, Pedro Pereira Benvenuto, Secretário Executivo do Conselho Gestor de PPP, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Dr. GUILHERME AFIF DOMINGOS
Dr. SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Dr. ANDREA SANDRO CALABI
Dr. ELIVAL DA SILVA RAMOS
Dr. EDSON DE OLIVEIRA GIRIBONI
Dr. JOSE ANIBAL PERES
Dr. ANTONIO BAKLOS ALWAN
Dr. LUIZ CARLOS QUADRELLI
Dr. JURANDIR FERNANDO RIBEIRO FERNANDES
Dr. SILVIO TORRES
Dr. PHILIPPE DUCHATEAU
Dr. REINALDO IAPEQUINO
Dr. TOMAS BRUGINSKI DE PAULA
Dr. PEDRO PEREIRA BENVENUTO

Ata da Quadragésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, instituído por força da Lei Estadual 11.688, de 19-5-2004

Despacho do Governador

Aprovo as deliberações do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, em sua 41ª Reunião Ordinária.

S.P.1º-11-11
GERALDO ALCKMIN
Governador do Estado

PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Ata da Quadragésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, instituído por força da Lei Estadual 11.688, de 19-5-2004

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e onze, às nove horas, no Salão dos Conselhos, no primeiro andar do Palácio dos Bandeirantes, foi realizada a Quadragésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, instituído por força da Lei Estadual nº 11.688, de 19.05.2004, tendo, como Presidente, o Vice-Governador do Estado, Dr. GUILHERME AFIF DOMINGOS; como Vice-Presidente, o Dr. JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional; e, como demais membros deste Conselho, os Senhores Dr. SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Secretário-Chefe Estadual da Casa Civil: Dr. ANDREA SANDRO CALABI, Secretário Estadual da Fazenda, Dr. ELIVAL DA SILVA RAMOS, Procurador Geral do Estado, que justificou ausência e foi substituído pelo Dr. JOSE RENATO FERREIRA PIRES, Dr. PAULO ALEXANDRE BARBOSA, Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Dr. EDSON DE OLIVEIRA GIRIBONI, Secretário Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos e Dr. JOSE ANIBAL PERES, Secretário Estadual de Energia. Como convidados, a reunião contou com a presença dos Senhores: Dr. LOURIVAL GOMES, Secretário da Administração Penitenciária, Dr. PHILIPPE DUCHATEAU, Secretário-Adjunto da Fazenda e Diretor Presidente da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), Dr. TOMAS BRUGINSKI DE PAULA, Diretor da CPP e Dr. SERGIO CORREA BRASIL, da Unidade de Parcerias Público-Privadas (UPPP). Uma vez reunidos os membros do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, o Presidente do Conselho Gestor de PPP procedeu à abertura dos trabalhos e se referiu à ordem do dia, solicitando ao Secretário Executivo do Conselho Gestor de PPP para que apresentasse em linhas gerais e também relatasse aos presentes, o andamento e os procedimentos adotados em relação às diversas Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada (MIP) em tramitação no âmbito do Programa Estadual de PPP. Inicialmente, o Secretário Executivo sintetizou os principais aspectos dos Editais de Chamamento Público já publicados com vistas ao recebimento de estudos de modelagem a serem desenvolvidos pela iniciativa privada para empreendimentos de PPP tanto para a Linha 6 Laranja da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), como para a Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense (IFAB) / Nova Fábrica de Produção da Fundação para o Remédio Popular (FURP). Prosseguindo, mencionou os agentes da iniciativa privada interessados e devidamente cadastrados em ambos os processos de Chamamento Público, além de informado a respeito de todos os trâmites realizados, bem como sobre as ações previstas e encaminhamentos subsequentes. A seguir, o Secretário Executivo do Conselho Gestor de PPP acusou o recente recebimento de novas MIPs, deu ciência sobre as providências tomadas e expôs o objeto e demais aspectos pertinentes a cada uma das MIPS recebidas, conforme estágio de tramitação, quais sejam: i) MIP por parte da Investimentos e Participações em Infra-estrutura S.A. - INVEPAR com vistas à implantação, operação e manutenção da Linha 20 Rosa do Metrô, com 12,3 km de extensão e 13 estações, ligando os bairros da Lapa e de Moema com integração à Linha 5 Lilás; ii) MIP por parte da CCI Concessões Ltda., Grupo Tejofran, Power Segurança, NF Motta Construções e Comércio Ltda., Construtora Augusto Velloso S.A. e Instituto Nacional de Administração Prisional - INAP), em desenvolver conjuntamente projetos e estudos necessários à viabilização de empreendimento de PPP visando à construção, operação e manutenção de unidades prisionais (10.500 vagas); iii) MIP por parte da AGROCENTRO Empreendimentos e Participações Ltda.) que se refere ao interesse desta Companhia em realizar estudos pertinentes a empreendimento sob a modalidade de PPP, cujo objeto consiste na modernização e ampliação da infraestrutura existente, além da operação e manutenção do Centro de Exposição Imigrantes; iv) MIP por parte da Contern Construções e Comércio Ltda. interessada em desenvolver estudos visando à construção, manutenção e operação da extensão do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas entre Parelheiros e Itanhaém; v) MIP por parte da Odebrecht Transport Participações S.A., Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Seveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia em realizar estudos pertinentes a empreendimento de PPP, cujo objeto envolve a duplicação da Rodovia SP 099 - Rodovia dos Tamoios (trecho Serra), a implantação dos Contornos Viários de Caraguatatuba e São Sebastião, bem como a operação e manutenção destes trechos rodoviários; vi) MIP por parte da CCI Concessões Ltda., Cartellone do Brasil Ltda, Construtora CVS S.A. e Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços com vistas à empreendimento de PPP para implantação, operação e manutenção de linha de Monotrilho interligando o Largo da Batata ao distrito de Pirituba no Município de São Paulo e, vii) MIP por parte da DELL Computadores do Brasil Ltda. em executar estudos concernentes à empreendimento de PPP voltado à prestação de serviços técnicos especializados de formação de professores vinculados às escolas públicas estaduais, com desenvolvimento e disponibilização de conteúdo digital interativo e infraestrutura de suporte. Encerrada a exposição e prestados os esclarecimentos solicitados, o Presidente do Conselho Gestor de PPP submeteu a matéria à consideração dos Conselheiros, que após tecerem diversos comentários sobre o tema no sentido de ser fundamental uma avaliação criteriosa em termos de prioridade e conveniência ao Governo do Estado de São Paulo, observados o arcabouço e limites legais aos quais os empreendimentos de PPP se enquadram, devendo os órgãos envolvidos neste processo, em consonância com as recomendações colocadas por este Colegiado, prosseguirem nas análises destas MIPs tanto com relação ao interesse e oportunidade dos empreendimentos propostos, como em termos de conformidade e atendimento ao disposto legal, para que o assunto venha a ser oportunamente objeto de apreciação por este Conselho. Dando sequência aos trabalhos, o Presidente do Conselho Gestor de PPP anunciou o item seguinte da ordem do dia, sendo este matéria atinente à referida MIP constante do item ii) da presente ata, a saber: MIP por parte da CCI Concessões Ltda., Grupo Tejofran, Power Segurança, NF Motta Construções e Comércio Ltda., Construtora Augusto Velloso S.A. e Instituto Nacional de Administração Prisional - INAP), em desenvolver conjuntamente projetos e estudos necessários à viabilização de empreendimento de PPP visando à construção, operação e manutenção de unidades prisionais (10.500 vagas). Nesse particular, enfatizou as atividades de análise desenvolvidas pelos órgãos competentes, previamente à inclusão desta MIP na pauta e em atendimento às recomendações deste Colegiado na ocasião de sua 41º Reunião Ordinária e, solicitou ao Secretário Executivo do Conselho Gestor de PPP para que apresentasse, em detalhes, a supracitada MIP para fins de apreciação sob a condição de Proposta Preliminar de PPP. Com a palavra, o Secretário Executivo do Conselho Gestor de PPP apresentou, em linhas gerais, o empreendimento proposto, cujo objeto refere-se à implantação de 03 (três) unidades prisionais totalizando 10.500 vagas, a serem operados e mantidos sob o regime de gestão compartilhada. Os investimentos foram estimados em cerca de R$ 750 milhões, envolvendo cada um unidades sob Regime Prisional Fechado e Semi-aberto, além de Centro de Controle Operacional e serviços correlatos à gestão das atividades internas destas unidades a exemplo do monitoramento interno, manutenção física dos estabelecimentos e assistência aos sentenciados: social, material, religiosa, médica, odontológica, laboral, psicológica e educacional, a serem remunerados mediante o cumprimento de indicadores de disponibilidade e de desempenho. Permanecerão sob responsabilidade do Poder Público as atividades de competência exclusiva do Estado, de cunho jurisdicional e jurídico, sob atribuição da Direção Geral da Unidade Prisional e dos servidores públicos de carreira vinculados à Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e à Polícia Militar do Estado de São Paulo. Por fim, foram introduzidos preliminarmente aspectos atinentes às estimativas de custos operacionais e ao modelo de remuneração, entre outros. De posse da palavra, o Secretário da Administração Penitenciária discorreu sobre o Sistema Penitenciário Estadual e o perfil da população carcerária paulista e, neste contexto, arguiu que este empreendimento se ajusta aos interesses da Pasta e poderá incentivar e promover o aprimoramento do sistema prisional do Estado com adoção de modernas técnicas de gestão e de ressocialização, sem prejuízo ao programa de expansão do Sistema Penitenciário ora em curso e sobre o qual foram fornecidos alguns dados e estimativas. Prosseguindo, salientou algumas diretrizes e aspectos orientativos em relação à localização, configuração, funcionalidade e gestão destas unidades prisionais, recomendando análise apurada com relação ao arranjo jurídico-institucional a ser aplicado a este empreendimento, sobretudo, no que diz respeito à gestão compartilhada. Diante do exposto, o Presidente do Conselho Gestor de PPP inquiriu os representantes da CPP e da UPPP no sentido de se manifestarem sobre a supracitada MIP e indicarem pontos de atenção a serem observados no eventual aprofundamento dos estudos de modelagem. Nesse sentido, a CPP e a UPPP manifestaram-se favoravelmente sobre a MIP ora apresentada e recomendaram que tais estudos tenham particular atenção, dentre outras recomendações que constam das respectivas Manifestações Formais, para os seguintes aspectos: i) Cronogramas de implantação e de pagamento da contraprestação haja vista o impacto desta PPP no orçamento estadual; ii) No tocante às áreas a serem consideradas para implantação destas unidades prisionais, além da identificação de sua situação jurídica e adequação às exigências dos projetos, será necessário definir o arranjo jurídico para transferência dos direitos de uso, bem como precisar as responsabilidades pelas licenças ambientais, infraestrutura complementar e pela liberação desta áreas; iii) Avaliação cuidadosa dos custos de implantação e funcionamento do modelo sob regime de gestão compartilhada frente os gastos atuais do Estado nesse segmento, com os devidos ajustes no tocante a regimes e serviços prestados, bem como em termos de prazo e eficiência destes investimentos e; iv) Análise comparativa em relação à melhoria e os efetivos benefícios a serem gerados mediante a transferência dos investimentos e dos serviços a um ente privado. Dirimidas as principais dúvidas pelo Secretário da Administração Penitenciária, os Conselheiros presentes, teceram diversos comentários, tendo sido consenso entre os presentes, a relevância em se aferir com maior exatidão os efetivos ganhos, sobretudo em termos de custos e de qualidade no atendimento à população carcerária, de modo a consolidar a justificativa e a oportunidade desta PPP, alinhando-a à estratégia de atuação da SAP em atendimento às diretrizes, objetivos e prioridades da política estadual prisional. Após debate, o Presidente do Conselho Gestor de PPP submeteu a matéria à deliberação dos Conselheiros presentes, os quais decidiram observadas as manifestações formais da CPP e da UPPP, por unanimidade, aprovar a Proposta Preliminar de PPP ora apresentada, devendo a Pasta, em consonância com as diversas recomendações colocadas por este Colegiado e em conjunto com o Secretário Executivo deste Conselho, proceder à apuração das informações solicitadas e a elaboração de minuta de chamamento público com vistas o recebimento de estudos de modelagem econômico-financeira e jurídico-institucional por eventuais interessados da iniciativa privada, a ser objeto de apreciação por este Conselho antes de sua publicação. Em outros assuntos de interesse da reunião deste Colegiado, o Secretário da Fazenda solicitou à Secretaria Executiva e às áreas técnicas, CPP e UPPP, que as modelagens financeiras de todos os empreendimentos a serem analisados por este Colegiado contemplem horizontes de prazos mais curtos do que os limites máximos legais de contratação. Na sequência, o Secretário Executivo do Conselho Gestor de PPP relatou aos presentes a situação de cada um dos projetos em carteira, bem como as atividades desenvolvidas em conjunto com as Pastas Responsáveis por determinados projetos em carteira, com o apoio técnico da CPP, UPPP e Procuradoria Geral do Estado (PGE), além de destacar os diversos procedimentos adotados no âmbito desta Secretaria Executiva ao longo do mês de novembro deste ano. Nada mais havendo a ser discutido, o Presidente do Conselho Gestor de PPP, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião, da qual eu, Pedro Pereira Benvenuto, Secretário Executivo do Conselho Gestor de PPP, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Dr. GUILHERME AFIF DOMINGOS
Dr. JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Dr. SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Dr. ANDREA SANDRO CALABI
Dr. PAULO ALEXANDRE BARBOSA
Dr. EDSON DE OLIVEIRA GIRIBONI
Dr. JOSE ANIBAL PERES
Dr. LOURIVAL GOMES
Dr. JOSE RENATO FERREIRA PIRES
Dr. PHILIPPE DUCHATEAU
Dr. TOMAS BRUGINSKI DE PAULA
Dr. SERGIO CORREA BRASIL
Dr. PEDRO PEREIRA BENVENUTO

Ata da Quadragésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, instituído por força da Lei Estadual 11.688, de 19-5-2004

Despacho do Governador

Aprovo as deliberações do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, em sua 42ª Reunião Ordinária.

S.P. 29-11-11
GERALDO ALCKMIN
Governador do Estado

Casa Civil

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução CC-109, de 26-12-2011

Concedendo progressão, nos termos do art. 10 da LC 1080-2008, e, em consonância com a Resolução CC-105-2011, do Grau "A" para o Grau "B", da Ref. 1, da Escala de Vencimentos Nível Universitário, a que se refere o inc. III do art. 12 da referida Lei Complementar, a servidora abaixo indicada, na seguinte data:

NOME	R.G.	A PARTIR DE
Ledineia Cardoso de Almeida	MG-13.011.746	16-4-2011

Resolução CC-110, de 26-12-2011

Concedendo progressão, nos termos do art. 10 da LC 1080-2008, e, em consonância com a Resolução CC-106-2011, do Grau "A" para o Grau "B", da Ref. 1, da Escala de Vencimentos Nível Universitário, a que se refere o inc. III do art. 12 da referida Lei Complementar, ao servidor abaixo indicado, na seguinte data:

NOME	R.G.	A PARTIR DE
Lauro Avila Pereira	14.009.424-6	26-10-2011

Resolução CC-111, de 26-12-2011

Concedendo progressão, nos termos do art. 10 da LC 1080-2008, e, em consonância com a Resolução CC-107-2011, do Grau "A" para o Grau "B", da Ref. 1, da Escala de Vencimentos Nível Universitário, a que se refere o inc. III do art. 12 da referida Lei Complementar, a servidora abaixo indicada, na seguinte data:

NOME	R.G.	A PARTIR DE
Beatriz Augusto Corrêa da Cruz	8.708.886-1	8-11-2011

Despachos do Secretário, de 26-12-2011

No correio eletrônico STur, de 16-12-2011, sobre convênios Dade: "À vista da manifestação da Secretaria de Turismo, para os efeitos do art. 1º do Dec. 56.780-2011, e de conformidade com o art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação dos convenentes constantes da relação, descritos seus objetos e valores na seguinte conformidade":

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR (R$)
Santo Antonio do Pinhal	Drenagens, sinalização e pavimentação asfáltica no Bairro do Barreiro - trecho V	700.000,00
Santo Antonio do Pinhal	Construção de ciclovia	855.078,42
Holambra	Parque Linear na Av. das Dálias	1.383.529,77
Holambra	Projeto de adequação e continuidade da estação de tratamento de água	500.000,00
São Bento do Sapucaí	Criação de roteiros turísticos	158.360,00
Nuporanga	4ª etapa da construção do ginásio de esporte	553.999,48
Campos do Jordão	Recuperação e manutenção de vias de acesso turísticos	3.108.868,37

No correio eletrônico SC, de 20-12-2011, sobre aprovação de convênio: "Diante da manifestação da Secretaria da Cultura, nos termos do art. 1º do Dec. 53.127-2008, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação do convenente constante do quadro, descritos o objeto e valor na seguinte conformidade":

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR (R$)
Santos	Execução das obras de recuperação e impermeabilização de acessos ao Teatro Municipal "Brás Cubas"	150.000,00

No correio eletrônico SELJ, de 20-12-2011, sobre convênios: "À vista da manifestação da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, para os efeitos do art. 1º do Dec. 52.418-2007, e de conformidade com o art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação dos convenentes constantes do quadro, descritos seus objetos e valores, ficando insubsistentes os despachos publicados em 3 e 16-12-2011, nas partes referentes aos citados municípios":

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR (R$)
Águas de Lindóia	Academia ao ar livre na Praça Cavalinho Branco-Lago	30.000,00
Andradina	Implantação de academia ao ar livre no Bairro Vila Mineira	40.000,00
Artur Nogueira	Academia ao ar livre	30.000,00
Cajati	Academia ao ar livre	30.000,00
Itanhaém	Academia ao ar livre	50.000,00
Jacareí	Implantação de academia ao ar livre	300.000,00
Lucélia	Academia ao ar livre no Bairro das Palmeiras	30.000,00
Macedônia	Instalação de uma academia ao ar livre	30.000,00
Marabá Paulista	Implantação de academia ao ar livre	40.000,00
Quadra	Implantação de academia ao ar livre	50.000,00
Santa Rita do Passa Quatro	Reforma, ampliação e adequação do Ginásio Celso Sintoni	200.00,00
Sumaré	Implantação de academia ao ar livre	60.000,00
Francisco Morato	Academia ao ar livre	30.000,00
Suzano	Implantação de academia ao ar livre no Bairro Jd. Revista	40.000,00
Suzano	Construção de uma quadra na Rua Diadema, no Parque Maria Helena	40.000,00
Silveiras	Construção de cobertura de uma quadra	50.000,00

No correio eletrônico SC, de 21-12-2011, sobre aprovação de convênios: "Diante da manifestação da Secretaria da Cultura, nos termos do art. 1º do Dec. 46.782-2002, com as alterações editadas pelos Decs. 53.743-2008, e 54.694-2009, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação do convenentes constantes do quadro, descritos seus objetos e valores na seguinte conformidade":

ENTIDADE	OBJETO	VALOR (R$)
Associação Cultural e Esportiva de Piedade	XII Festa - Exposição Kaki Fuyu de Piedade	60.000,00
Associação Cultural e Esportiva Okinawa Santa Maria	7º Nikkey Matsuri	60.000,00
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente "Mônica Paião"	Projeto Cultural "Arte-Erê II	60.000,00
Núcleo de Preservação da Memória Política	realização do documentário "1964: Um Golpe Contra o Brasil"	79.914,32
CPV-Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro	Digitação e microfilmagem de documentos históricos e culturais do Acervo CPV	52.200,00
Cooperativa Paulista de Teatro	Publicação do 3º número da revista "Rebento" - Revista de artes do espetáculo	60.000,00
Associação Cultural Cecília	Projeto: Festival de cinema das culturas árabes e islâmicas	60.000,00
Cooperativa Paulista de Teatro	Confecção da Revista Arte e Resistência na Rua	60.000,00

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S A IMESP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=ID - 1564956, OU=Autenticado por Certisign Certificadora Digital, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(em branco), OU=(em branco), CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S A IMESP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br